

AS PROPRIEDADES ESSENCIAIS DA LINGUAGEM

Luiz M. M. de Barros
UFF
Terezinha Bittencourt
UFF/ABF

Para Coseriu,¹ a linguagem essencialmente apresenta cinco características universais: **criatividade**, **semânticidade**, **alteridade**, **materialidade** e **historicidade**. Trata-se de características lingüísticas racionalmente necessárias, isto é, propriedades que são para a inteligência indispensáveis a todos os atos de fala, presentes, passados ou futuros. Isto quer dizer que a atividade verbal é sempre criativa, semântica, intersubjetiva, empírica e histórica. Das cinco características apontadas, Coseriu classifica as três primeiras como primitivas ou primárias; as outras duas, a materialidade e a historicidade, ele considera como determinações derivadas ou secundárias.

1. Criatividade

A criatividade humana pode ser definida como a infinita capacidade de fazer coisas novas ou renovadas. A criatividade é, portanto, um modo de fazer: “creari est quoddam fieri”, já diziam os filósofos medievais, repetindo pensamento dos antigos gregos. E todo modo de fazer é um agir produtivo, um agir que quando termina deixa um resultado, um produto, deixa algo feito. O produto concreto da atividade verbal é justamente o que se conhece pelo nome de **texto**.

A criatura humana assumiu como traço essencial e definatório de sua espécie a função de criador. Trata-se de um ser que tudo muda, que transforma a realidade circundante, como transforma a si mesmo. Inquieto e atormentado por forças instintivas e por uma curiosidade edênica, o homem jamais se contentou com a obra divina, nunca aceitou o mundo tal como lhe foi dado. Por isso mesmo, busca a todo instante modificar o real, tratando as coisas já exis-

¹ Em vários pontos de sua vasta e admirável obra, Coseriu discute a questão dos universais da linguagem, estabelecendo uma distinção preliminar entre universais *essenciais*, *possíveis* e *empíricos*. Sobre o assunto, consultem-se, particularmente, Coseriu (1978: 148-205) e Kabatek / Murguía (1997: 245-52).

tentes como simples matéria-prima, a que atribui novas e renovadas configurações. Pelo poder de criar, o ser humano reelabora o mundo da *natura*, construindo para si mesmo um outro universo, o universo da cultura. Conforme bem capturou a sensibilidade de Manoel de Barros,² o homem, na sua incompletude, é capaz de enriquecer a natureza. O poder de criar é a fonte comum de todas as atividades culturais.

Considerando-se como fato de cultura tudo o que o indivíduo cria no âmbito da sociedade, em decorrência da sua condição de ser livre e racional, pode-se dizer que a linguagem, enquanto fala, surge de certa vinculação que o sujeito cognoscente intencionalmente estabelece entre os conteúdos de consciência e a matéria fônica, atribuindo a ambos certa conformação semiológica. Tal ponto de vista implica a imediata rejeição do naturalismo no exame do fenômeno lingüístico. Isto quer dizer que a linguagem não pode ser tratada segundo os cânones das ciências naturais, nem ser jogada na esfera do determinismo e da causalidade. Como objeto cultural, a linguagem só pode propriamente situar-se no plano da liberdade e da finalidade. Por ser criativo, o agir verbal é também expressão da liberdade, pois só cria quem é livre; só é livre quem não perdeu o poder e o entusiasmo de criar. Enquanto agir livre e criativo, a linguagem é um modo infundável de fazer, um fazer sem previsão de término, um fazer contínuo, não predeterminado a acabar. A linguagem, as ciências e as artes jamais terminam, jamais se completam, porque jamais se esgota o desejo de conhecer e jamais se exaure o poder de imaginar. A essa atividade que tende a prolongar-se indefinidamente, por força da liberdade criadora, é que Aristóteles deu o nome de **enérgeia**, termo que foi retomado por Coseriu e que se encontra em alguns pensadores da primeira metade do século XIX, entre eles, Humboldt. Relembrando justamente Aristóteles e Humboldt, Coseriu diz que a linguagem é sempre **enérgeia**, é sempre uma atividade que supõe um saber verbalmente agir (*dúnamis*, competência) e que deixa como consequência um rastro de produtos verbais (*érgon*, texto).

Na dimensão interpretativa, i.e., do ponto de vista do alocutário, a liberdade que se inscreve na linguagem tem como pressuposto a dessacralização do texto alheio, o que implica, com relação ao texto escrito, um leitor que enfrenta e afronta o autor, uma espécie de herói romanesco, que desafia e questiona o próprio romancista. A manifestação da liberdade no ato de interpretar, no processo hermenêutico, faz do texto fonte de novos sentidos, faz do leitor crédulo um leitor crítico, um leitor que contesta e desconfia, um leitor rebelde, um leitor que faz do sabido um caminho para novos saberes, um caminho para a sabedoria.

² Cf. Manoel de Barros, *O livro das ignorâncias*. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994, p.105.

Criatividade não significa apenas fazer algo absolutamente novo, como se fosse uma coisa extraída de nada antes existente (criação *ex nihilo*), mas também fazer algo novo a partir de alguma coisa preexistente. No primeiro caso, atribui-se a criatividade a um ente sobrenatural, a um ser divino. No segundo, a criatividade é própria de um ser de carne e osso, de um indivíduo humano, de um sujeito investido de caráter sócio-histórico. A máxima dos filósofos greco-latinos, *ex nihilo nihil fit*, inaplicável para muitos ao plano da ação divina, é inteiramente apropriada ao plano do agir humano.

O sujeito cognoscente não apenas cria a linguagem, mas também cria na linguagem e com a linguagem. O fazer criativo é sempre capaz de surpreender pelo imprevisto, de libertar-se do que na sociedade se impõe como fato e superar o que nela se põe como feito. A criatividade traz sempre consigo, de modo imanente, a possibilidade de provocar o espanto e o espasmo do inesperado. E é justamente pelo inesperado que o eu criador irrompe no discurso para promover a ruptura de clichês, o desmonte de frases feitas, a desconstrução do dizer estereotipado. A criatividade, portanto, é um processo que trinca, fratura e fragmenta a face espelhada da mesmice, abrindo brechas e alargando frestas por onde escorrem o inédito, o inaudito e o inusitado.

Os gregos empregavam genericamente o verbo *poiein* para indicar qualquer modo de fazer, criativo ou não criativo. Daí vêm, como sabemos, as palavras *poema* e *poesia*. Mais restritamente, Aristóteles empregou o termo *poiesis* para indicar um fazer verbal que pela imaginação imita as ações e paixões humanas. Ao entrelaçado lingüístico das ações imaginadas, Aristóteles deu o nome de *fábula*. Por isso ele dizia que o poeta é um artesão de fábulas, pois é aquele que, com o fio da fala e os bilros da imaginação, costura a trama verbal, para de modo verossímil representar os dramas, as tragédias e comédias que afloram no próprio cotidiano da existência humana. No plano semântico, as mudanças históricas freqüentemente resultam de operações fundadas na ironia, na metáfora e na metonímia. A todo momento criamos novas significações, em virtude de usarmos as palavras para designar coisas que imaginamos com certas propriedades de outras. Neste sentido, todo falante se torna um artesão de fábulas, pois todos somos tecelões verbais de seres e aconteceres imaginariamente possíveis. E é isto que legitima a afirmação de que a todo ser humano é dado o privilégio de habitar um mundo continuamente reinventado pelo poder poético da palavra.

Imantada por um poder demiúrgico, a linguagem é capaz de irisar o mundo em cores e facetas sempre cambiantes, oferecendo ao sujeito que fala a possibilidade de uma visão caleidoscópica do real. Modelando e remodelando o Cosmos de múltiplas maneiras, a linguagem permite ao falante perenizar o momentâneo, imobilizar o movediço, atribuir dinamicidade ao que é estático,

amesquinhar grandiosidades, ampliar minudências, dar tintas ao desbotado, alumiar o sombrio ou esmaecer o iluminado. Disto se apercebeu Fernando Pessoa,³ quando o seu desassossego poético o instigou a anunciar:

Os campos são mais verdes no dizer-se do que no seu verdor. As flores,
se forem descritas com frases que as definam no ar da imaginação,
terão cores de uma permanência que a vida celular não permite.

Se, por um lado, a linguagem é um constante fazer, por outro, não se há de esquecer que ela é também um contínuo refazer, de tal sorte que os elementos lingüísticos não se acabam e não se consomem na obra feita. O poder de recriar dá origem ao princípio da recursividade, permitindo que os elementos e procedimentos lingüísticos de certo modo reapareçam em diferentes textos, construídos em diferentes momentos e em diversos lugares. Sem o refazer, a linguagem se tornaria um amontoado de coisas heterogêneas, perderia a sua dimensão histórica e deixaria de servir à manifestação da alteridade.

2. Sematicidade

A sematicidade e a alteridade são os traços específicos da linguagem, os traços que permitem a identificação da linguagem como tal. A sematicidade instaura a relação entre o sujeito e o mundo dos objetos, a relação entre o Eu e o Universo. A alteridade põe em relevo a relação entre os próprios sujeitos, a relação entre o Eu e o Outro. Pela sematicidade, a linguagem fundamenta a nossa condição essencial de seres racionais; pela alteridade, fundamenta a nossa condição necessária de seres sociais. Por conseguinte, a linguagem existe não apenas para significar, mas para significar alguma coisa para o outro.

A sematicidade corresponde ao modo lingüístico de conceber e revelar as coisas do mundo real e imaginário. Enquanto modo de conceber, a sematicidade é significação; enquanto manifestação das coisas mediante o concebido, isto é, enquanto aplicação dos conceitos às coisas extralingüísticas, a sematicidade é designação ou referência. Significar e designar são dois aspectos da dimensão semântica da linguagem. O ato de conceber é uma operação do conhecimento, um ato de apreensão e construção pela inteligência de um modo possível e universal de ser. A significação é, portanto, uma configuração lingüística de conhecimento, é um conteúdo de consciência. Enquanto estruturação lingüística de conteúdos de consciência, a significação é uma organização verbal do pensamento. Por isso mesmo, quem não tem amplo e eficaz domínio da linguagem não se faz plenamente no mundo como ser livre e pensante e se

³ Cf. Fernando Pessoa, *Livro do desassossego*. S. Paulo: Brasiliense, 1986, p. 398.

torna presa fácil da tirania e trapaçarias lingüísticas do outro. A este respeito, nunca é demais lembrar a figura de Fabiano, do romance *Vidas Secas*, escrito por Graciliano Ramos. Fabiano era um homem que mal sabia falar, criatura marginalizada e espoliada, porque não dispunha do poder da palavra para expor as suas idéias, para reivindicar os seus direitos, para contra-argumentar, para se defender pela fala das injustiças e opressão alheia.

Retomando e refinando o que já está presente em textos antigos, Coseriu estabelece no plano semântico três distinções básicas: designação, significado e sentido. O significado corresponde ao conteúdo que os signos têm numa língua e que decorre do jogo de oposições entre os próprios signos. Cada língua efetua certa interpretação do real. Por isso é que se afirma que cada idioma apresenta determinada cosmovisão. Daí também afirmar-se que as várias línguas, como o português, alemão, francês ou espanhol, não correspondem a simples nomenclaturas que passivamente refletem um mundo de objetos já dados e iguais, mas são estruturas que diversamente reticulam a realidade, transformando o lugar da humana existência num vasto mundo de objetos diferentes. A título de exemplo, basta lembrar que algumas línguas analisam o tempo em três partes: passado, presente e futuro; outras interpretam o tempo de modo binário, estabelecendo distinção entre passado e não-passado ou apenas diferenciando o presente do não-presente. O recorte que se faz em português entre *sim / não*, em francês se recorta entre *oui / non / si* e em alemão entre *ja / nein / doch*. Como já mostrara Saussure, os significados das palavras inglesas *sheep* e *mutton* são subsumidos em francês pelo significado da palavra *mouton*. Em latim, conforme apontado por Coseriu, os significados das palavras *candidus* e *albus* acrescentam à idéia de brancura certo grau de luminosidade (brilhante x opaco), o que não sucede com a palavra *branco* da língua portuguesa. Evidentemente, os exemplos poderiam ser multiplicados *ad nauseam*.

Para Coseriu, o sentido é a significação que se comprova no texto. Na língua se apreendem significados; no texto se apreendem sentidos. De modo geral, o sentido corresponde àquilo que o texto quer dizer. Em português, quando se quer dizer que alguma coisa foi fácil, pode-se afirmar que “foi um mamão com açúcar”. Já em inglês se usa a expressão “a piece of cake” (um pedaço de bolo). As duas expressões não têm o mesmo significado, nem designam a mesma coisa, mas podem assumir o mesmo sentido. Todo ato de interpretar e traduzir é um processo de construção ou de reconstrução do sentido do texto.

Com sua genialidade, Aristóteles teve a intuição da diferença entre significado, sentido e designação. Na *Retórica*, ele diz que é possível usar expressões diversas da língua para falar da mesma coisa com intenções bem diferentes. No âmbito da literatura grega, Eurípides conta que Orestes, para vingar a morte do seu pai, matou a própria mãe. Tirando proveito desse episódio, Aris-

tóteles diz que se pode chamar Orestes, como o fez Eurípedes, de “o assassino da mãe” ou “o vingador do pai”. Trata-se, portanto, de expressões com significados distintos que designam a mesma pessoa, atribuindo, porém, ao que dela se diz ora um sentido disfórico ou depreciativo, ora um sentido eufórico ou valorativo.

A criatividade semântica investe a linguagem de incomensurável poder sobre a realidade, pois pela palavra o sujeito é capaz de fazer as coisas serem ou acontecerem, aparecerem ou desaparecerem. Daí encontrar-se, nas mais diversas cosmogonias, a palavra como instrumento de desvelamento e construção do Universo. A palavra, neste caso, é vista como uma espécie de “big-bang” lingüístico, uma explosão inaugural da voz, que retira do Silêncio mais profundo tudo aquilo que possa ter existência no Mundo. Na tradição judaico-cristã se diz que no princípio era o Verbo e com o verbo se fizeram todas as coisas. Da leitura do *Popol Vuh*, texto sagrado dos índios maias, se infere que no princípio os deuses solitários meditavam sobre as águas. Resolveram, então, unir o pensamento à palavra e pelo apelo da voz fizeram emergir das águas a terra, as plantas e os animais. No Egito antigo, o *Livro dos Mortos*, uma coletânea de papiros sobre ritos funerários, conta que o deus Rá, pela força de sua voz criou os outros deuses e tudo o mais que veio a existir. Numa obra em que discute a relação entre linguagem e mito, E. Cassirer⁴ comenta que na tradição religiosa hindu está escrito que “o poder do Discurso se antepõe ao poder dos próprios deuses. O Discurso é o imperecível, a mãe dos Vedas, o umbigo do mundo divino”.

O fato é que, em todos os tempos e lugares, as comunidades humanas sempre atribuíram à linguagem um poder místico, um poder mítico, um poder mágico ou fantástico. Pelo poder místico da palavra, Jeová diz que se faça a luz, e a claridade se derramou sobre as trevas. Pelo poder mágico da palavra, o curandeiro diz que se afastem do corpo moribundo os males e os maus espíritos. Pelo poder fantástico da palavra, Ali Babá diz “Abre-te Sésamo!”, e a montanha se abre.

No domínio do direito romano, alguns atos só podiam ser legalmente realizados quando precedidos de certas palavras que deveriam ser enunciadas sem omissões e em determinada ordem. Havia, portanto, certas fórmulas verbais que tinham o poder de atribuir validade jurídica aos atos praticados. Relevava notar que entre os romanos os surdos-mudos, aqueles que não podem falar nem escutar, eram considerados pessoas inteiramente incapacitadas para o exercício da cidadania.

⁴ Cf. Ernst Cassirer, *Linguagem e mito*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.66.

O poder e a garantia de eficácia que desde a Antigüidade se atribuem à palavra oral e, com maior amplitude, à palavra escrita continuam presentes no dia-a-dia, e se refletem não apenas nos diferentes tipos de contratos sociais, mas também em expressões do tipo “ele é um homem de palavra” “ele me deu a sua palavra”, “vale o que está escrito. Ainda hoje, as palavras têm o poder de fazer o mal e de criar o bem. Ainda com frequência as palavras são usadas para imprecações ou maldições, para rogar praga, para o exorcismo, para a reza forte, para benzer ou abençoar, para materializar espíritos bons ou maléficos. Afinal, “é só falar no diabo que ele aparece”.

Não é difícil compreender que o homem, movido pela ambição da hegemonia e pelo desejo de conquista, transformou o poder da palavra em instrumento de adquirir e assegurar poder para si mesmo, deixando de meramente agir sobre as coisas para coagir, intimidar, constranger e subjugar o próprio semelhante. De instrumento de poder individual, a linguagem naturalmente passou a instrumento do Poder institucional, instrumento que os Estados totalitários e pseudodemocráticos utilizam para impingir à população obediência ou adesão a determinado dizer, valendo-se para isso de expedientes bem conhecidos, como o controle e manipulação das informações, o truque da sedução política através da promessa, o silenciamento da contrapalavra pela ameaça física, pela intimidação, pela negativa de acesso à plena educação. Bem se sabe que a Retórica, como técnica do falar apropriado para convencer, desde a Grécia antiga se tornou instrumento de prática social destinada a garantir vantagens e privilégios para pessoas e grupos.

É evidente que a linguagem, em sua instrumentalidade, não está apenas, ou prioritariamente, a serviço da dominação ou do autoritarismo. Nem sempre o enunciar devora, como a Esfinge, aqueles que querem passar ao largo dos seus enigmas ou que se recusam a decifrá-los. Por seu caráter instrumental, a linguagem pode assumir inumeráveis feições discursivas. Não é sem motivos que se diz que o falar tem diversas serventias e variados merecimentos. Além de outras incontáveis usanças, o discurso serve para manifestar o lúdico, para revelar a paixão, para cantar amores e expressar dissabores, para consolar os aflitos, para adensar o juízo e dar corpo ao silogismo, para ninar os que ainda nem falam, para saudar o anônimo transeunte, para simplesmente dizer “sou”, verbalização intransitiva que desabafa a própria transitividade de quem existe porque cogita, move-se e se comove.

3. Alteridade

A linguagem não é apenas criação de semanticidade; é também manifestação da alteridade. Isto quer dizer que o falar não é, por princípio, um ato de

solidão de um sujeito solitário; é, ao contrário, um ato de comunhão de um sujeito solidário. A linguagem não se reduz a simples meio de verbalização de uma individualidade incompartível; não se limita à exteriorização de um eu exclusivamente voltado para si mesmo; não se restringe à manifestação sonora de um sujeito egoísta e egocêntrico; não se enclausura nos labirintos do autismo, nem se perde nos subterrâneos do solipsismo ideológico. Fora das situações patológicas e excepcionais, ninguém fala simplesmente para si ou simplesmente por falar. O sujeito fala para manter contato com outros sujeitos, para sair de si mesmo, em busca de outras consciências individuais. Por isso o falar tem como pressuposto o escutar, o ouvir o outro, o incitar o outro a responder, a dialogar, a contradizer, a consentir ou questionar. Pela escuta do outro é que aprendemos e desenvolvemos a própria técnica de falar. Mesmo no monólogo interior e no puro extravasamento verbal do sentimento de prazer ou dor, o discurso da razão ou da emoção, que determinado indivíduo constrói, já vem timbrado com sinais de uma modalidade de fala que também pertence a outros indivíduos. Por sua intrínseca razão de ser, o princípio da alteridade afugenta e repudia a manifestação semântica como pura especulação narcisística.

Conforme já foi assinalado, a alteridade representa a necessária condição humana de ser social. Por isso mesmo, a alteridade inaugura a dimensão intersubjetiva da linguagem e constitui pressuposto da finalidade comunicativa de todo ato verbal. Como afirma Coseriu,⁵ comunicação significa antes *manifestar-se para alguém* e não, *manifestar alguma coisa*. Pelo ato de comunicação, o sujeito rompe as barreiras do seu isolamento existencial; abandona a mera condição de ser para si e se transforma em ser com outros e para outros. Como diz Manoel de Barros,⁶ é através de vadias palavras que alargamos os nossos limites, que reduzimos o isolado que somos dentro de nós mesmos. Somente a linguagem nos revela por inteiro como seres nascidos para a vida gregária, nascidos não só para viver, mas sobretudo para conviver.

Explorar em sala de aula o princípio da alteridade lingüística implica trabalhar para que o aluno tenha condições de estar plenamente no espaço vital como cidadão, como *zoon politikon*, no sentido aristotélico, isto é, como pessoa habilitada ao encontro e ao confronto com o outro, como indivíduo efetivamente capaz de interagir nas diversas situações da vida comunitária e se tornar um eficiente partícipe e eficaz parceiro na construção da sociedade.

A alteridade também revela a necessidade óbvia de se estimular em sala de aula o processo dialógico como expressão do processo dialético. A tensão

⁵ Cf. Coseriu (1977a: 49); Kabatek / Murguía (1997: 249).

⁶ Cf. Manoel de Barros, *Livro de pré-coisas*. Rio de Janeiro, Record, 1985, p. 33-4.

contínua entre o mesmo e o diferente, forma inaugural de tese e antítese, é que justamente propicia o equilíbrio e unificação dos contrários, como a síntese harmônica que surge, na feliz expressão de Heráclito, do impacto do arco sobre as delicadas cordas da lira. Somente dos debates, dos pontos e contrapontos que se instalam no diálogo é que pode surgir a síntese transformadora de tudo o que sabe o falante e de tudo o que pensa o ouvinte.

Na sua condição primária de atividade significativa marcada pela alteridade, a linguagem é por excelência um fazer transitivo: é uma operação que transcende o sujeito operante, dando origem a obras externas (textos). Como algo que permanece após a conclusão da atividade verbal, o texto pode ser conservado pela memória, pode ficar gravado em fita magnética ou ser fixado, de forma visível e duradoura, pela representação gráfica. Do ponto de vista lógico e ontológico, o produzir obviamente precede e independe do produzido. A isto é que se liga a tão citada passagem humboldtiana de que a linguagem, propriamente considerada, não é a obra feita (*Werk*), mas uma incessante atividade de fazer (*Tätigkeit*).

Cumpra lembrar que o aspecto social que se põe em relevo na linguagem e pela linguagem não coincide com o supraindividual ou com o extraindividual; não é aquilo que está fora ou acima dos indivíduos e que a eles inevitavelmente se impõe, conforme pensava Saussure e como pensam outros lingüistas que repetem os passos de Saussure. Na verdade, o social é aquilo que é comum a vários indivíduos, o que é compartilhado pelos membros de um grupo, o que é bem de cada um e de todos ao mesmo tempo. O social é, portanto, o interindividual ou intersubjetivo. Em síntese, pode-se dizer que o social é aquilo que no outro existe e que persiste em existir em nós.

Sob os rótulos de dialogismo e polifonia, Bakhtin⁷ admite que a alteridade se manifesta na linguagem de dois modos diferentes: de uma forma, nas conversações cotidianas que se estabelecem entre múltiplos interlocutores; de outra, nas relações inevitáveis que se instituem entre os próprios textos, criando-se aquilo que se costuma chamar intertextualidade ou interdiscursividade. De certo modo, todo texto responde a outro texto. Todo texto retoma, repete, amplia, confirma ou rejeita o já dito em outros textos. No espaço sonoro do nosso discurso, sempre ressoam vozes de outros discursos. Em nosso dizer sempre carregamos o protesto, o canto, o lamento, o pensamento e o murmúrio de outros dizeres, muitas vezes daqueles que já não cantam, daqueles que já não têm mais vez neste mundo, daqueles que já perderam a voz. As ressonâncias do outro em nosso próprio falar é algo inevitável. O que não podemos é

⁷ Cf. T. Todorov, *Mikhail Bakhtine. Le principe dialogique*. Paris, Minuit, 1981; M. Bakhtin, *Estética da criação verbal*. S. Paulo, Martins Fontes, 2003.

deixar que a voz do outro sufoque a nossa própria voz, pois nesse caso, nós nos transformamos numa espécie do oráculo de Delfos, aquele que simplesmente emprestava o corpo e o gesto verbal para a manifestação do pensamento e vontade do deus Apolo.

Por distorcida e extremada visão da alteridade, alguns autores modernos⁸ acabam por anular o princípio da criatividade, pois afirmam que o sujeito “não fala, mas é falado por um discurso”, é “coagido a dizer o que o seu grupo diz”, de sorte que apenas vive a ilusão de ser a origem do seu ato discursivo. Tal viés de reflexão faz de todo falante um simples reduplicador do dizer alheio, como o oráculo de Delfos, há pouco mencionado. Além disso, tal atitude implica um olhar para trás que só esbarra no inaugurante silêncio do Caos ou na originalidade do primeiro balbucio adâmico. Apagar a voz do próprio falante, transformando-o em mero porta-voz, significa arrancar de todo diálogo o poder erístico e a possibilidade heurística: significa negar o discurso como arena de confrontação, lugar do polêmico ou espaço de novas descobertas. Significa ainda instituir a servidão do parafrástico e rejeitar a alforria do polissêmico. Significa, enfim, transfigurar o sujeito que fala em abúlico mensageiro, condenado a remoer o já dito e predeterminado à vigília e manutenção do previamente estabelecido. O sujeito que se enclausura no discurso do outro é um enunciador que renuncia à virtude e ousadia de pensar por si mesmo.

Posto sob o jugo do dizer alheio, o sujeito abjura de tudo o que lhe seria próprio na movência da fala: não se diz ou se desdiz, por ficar prisioneiro do que é citado ou ditado. Entretanto, não se pode emudecer para sempre o indivíduo sob a autoridade do discurso citado ou amordaçá-lo sob o terror do discurso ditado, pois o “des/dizer-me” ou o “não/dizer-me”, como a abjuração de Galileu, carregam implícito em suas latências o “me dizer”, a possibilidade de repentina irrupção do *eppur si muove*, a incontrollável manifestação de liberdade e de rebeldia contra a ditadura verbal. Somente ao emissor com *animus* libertário é dada a prerrogativa de “refletir e refratar” o real, de revirar o chão do mundo com a palavra, para arejá-lo com novos sentidos.

4. Materialidade

No que diz respeito ao princípio da materialidade, cabe de início lembrar que a linguagem sempre apresenta uma dimensão natural e uma dimensão cultural. A dimensão natural é o lado físico-biológico da linguagem ou, mais precisamente, o lado psicofísico e fisiológico. A dimensão cultural corresponde

⁸ Cf. J.L. Fiorin, *Linguagem e ideologia*. S. Paulo, Ática, 1988, p.42-4; M. Pêcheux, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988, p. 173

ao lado semiótico ou semiológico da linguagem. É justamente a dimensão natural que constitui ou oferece a base material, sensível ou empírica da linguagem. Isto quer dizer que falar exige não apenas um saber semiológico mas também uma capacidade psicofísica e fisiológica. Muitas dificuldades que se manifestam no ensino das línguas decorrem justamente de problemas ligados ao aspecto físico-biológico da linguagem. Por exemplo, graus de surdez que impedem o adequado reconhecimento das palavras; perturbações neurofisiológicas que provocam a gagueira e dislexias; lesões nos órgãos fonadores que prejudicam a articulação dos sons e causam dislalias; distúrbios visuais que atrapalham a leitura e a aprendizagem da escrita, etc. São freqüentes os casos de fracasso escolar resultante de deficiências de audição ou de visão. Devido às questões ligadas à capacidade psicofísica dos falantes, os professores que trabalham com turmas de alfabetização, ou com turmas do 1º grau, freqüentemente atuam como mestres da linguagem e terapeutas da fala.

A materialização fônica e gráfica das línguas é consequência da semânticidade e da alteridade. A face sonora ou escrita das palavras (significante, expressão empírica) é evidentemente indispensável para que um sujeito manifeste a outro conteúdos semânticos. A manifestação da linguagem também faz surgir a necessidade de um meio físico, que sirva de suporte e transporte da produção verbal. Este meio físico é o que se denomina, canal, contexto “midiático” ou contexto de contato. O meio físico escolhido inevitavelmente condiciona o modo de fazer verbal e pode determinar o sucesso ou o fracasso da comunicação. Basta observar as diferenças entre as narrativas de uma partida de futebol feitas pelo canal radiofônico e por meio da televisão.

Para Hjelmslev,⁹ a língua é um sistema de signos que resultam da solidariedade entre duas formas puras, uma que se estampa numa “substância” conceptual, organizando arbitrariamente a própria realidade (plano do conteúdo), e outra que se manifesta em variáveis “substâncias” empíricas (plano da expressão). A partir daí, ganhou relevo, no campo de análise do discurso, o princípio de que a semânticidade (plano do conteúdo) é uma espécie de forma autônoma, sujeita a múltiplas materializações, *i.e.*, suscetível de projetar-se em significantes (plano da expressão) sensivelmente diversos. Noutros termos, tal ponto de vista alimenta a suposição de que o “mesmo conteúdo” pode ter diferentes expressões (fônica, gráfica, pictórica, etc.). Todavia, o esforço teórico e metodológico, para caracterizar o discurso como forma significativa independente da matéria significante, além de retorcer o pensamento de Hjelmslev, padece de vícios insanáveis, pois todo objeto semiótico, enquanto

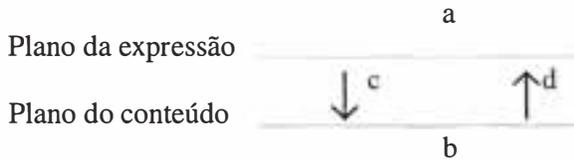
⁹ Cf. L. Hjelmslev, *Prolegomena to a theory of language*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1961.

algo que se constrói e de que se dispõe no espaço da *empeiria*, mantém entre conteúdo e expressão uma indissolúvel relação de reciprocidade, de tal modo que, distinguíveis pela inteligência, são inseparáveis no plano da realidade. Para usar uma analogia de Saussure, são como anverso e reverso de uma folha de papel. Por isso mesmo, toda e qualquer modalidade histórica de atividade semiológica não é simples estrutura semântica divorciada ou divorciável, na dimensão do real, da matéria em que se manifesta, pois esta, por restrições impostas por suas próprias características, não oferece as mesmas possibilidades de sentidos e evocações semânticas. Por conseguinte, considerar na produção lingüística o conteúdo como **realmente** separado da materialidade fônica é uma *contradictio in adjecto*; reduzi-lo a forma pura é simplesmente ignorar a constituição eidética da linguagem, que é sempre uma inconsútil e inextrincável combinação da semanticidade com a materialidade.

Sob perspectivas diversas, a face material dos signos verbais é focalizada tanto pela Fonética *lato sensu* quanto pela Morfologia. Tal assertiva exige atenção para dois pontos de inegável importância teórica e descritiva. Em primeiro lugar, é preciso notar que os sons em si mesmos, produzidos pelo aparelho fonador, só deixam de ser mera realidade física, isto é, só deixam de pertencer ao plano natural da linguagem quando a inteligência criadora articula e estrutura a massa sonora, transformando-a em sílabas, fones e fonemas, que por sua vez são de novo transformados pela inteligência em significantes. Assim, não se pode confundir a Fonética que analisa os sons da fala enquanto objeto natural (campo da Física acústica) com a Fonética que analisa a fala enquanto objeto cultural (campo propriamente da Lingüística). Em segundo lugar, cumpre acentuar que a Morfologia deixa de ser restritamente interpretada como o “estudo da palavra”, conforme sucede na tradição gramatical, para corresponder ao estudo das diferentes unidades materiais, independentemente da sua extensão e grau de complexidade, que carregam em si certa significação.

Tendo em mira o significante (forma material, expressão), o significado (conteúdo funcional), os vínculos entre ambos e, por fim, a relação, mediante o significado, da totalidade do signo com uma realidade extralingüística (estado de coisas designado), Coseriu propõe que a descrição de um idioma seja dividida em três partes principais: Gramática constitucional (Morfologia), Gramática funcional e Gramática “relacional”. Deixando provisoriamente de lado a relação entre o signo e as suas possibilidades de referência, o esquema abaixo, sugerido por Coseriu,¹⁰ pode ajudar a compreender a divisão proposta:

¹⁰ Embora tenha aplicação genérica, o esquema que se encontra na obra de Coseriu (1977b: 46) foi especificamente construído para ilustrar as possibilidades dos estudos lexicológicos nos planos sincrônico e diacrônico.



A Gramática constitucional opera na dimensão (a), tomando o plano de conteúdo (b) como ponto de apoio. Também pode assumir a perspectiva (c), isto é, considerar a relação entre ambos os planos, partindo da expressão (perspectiva “semasiológica”, que abrange, *v.g.*, questões de homonímia e alomorfia). A Gramática funcional faz justamente o contrário: analisa a dimensão (b) como tal, apoiando-se no plano da expressão. Pode, ainda, assumir a perspectiva (d), analisando as conexões entre os dois planos a partir do conteúdo (perspectiva “onomasiológica”, que compreende, *v.g.*, os problemas de sinonímia e polissemia). Vale mais uma vez ressaltar que a Morfologia, aqui entendida como o estudo da constituição fônica dos significantes lingüísticos, na sua condição de sinais portadores de valores semânticos, não se limita à análise da unidade “palavra” e de seus elementos mínimos de expressão, mas abarca os grupos de palavras, a frase e a própria organização material do texto.

Por sua vez, a Gramática “relacional” transita entre o idiomático (L) e o extralingüístico (R), focalizando as conexões entre ambos os domínios. Deve-se frisar que a dimensão (R), vista como realidade objetiva, realidade pensada, “substância” do conteúdo, pensamento pré-verbal, referente, etc., é sempre exterior à linguagem. Em nossa língua, por exemplo, pode-se dizer que os enunciados “Uma bala perdida matou um dos passageiros do ônibus.” e “Um dos passageiros do ônibus foi morto por uma bala perdida.”, embora não tenham a mesma materialidade e o mesmo conteúdo idiomático, designam um mesmo e terrível estado de coisas.

5. Historicidade

Como reiteradamente afirma Coseriu, a atividade verbal pode ser vista em três diferentes planos, o que dá origem à distinção entre o falar em geral, a língua e o falar concreto. O falar em geral corresponde à visão da linguagem no plano universal; a língua corresponde à manifestação da linguagem no plano histórico-social; o falar concreto equivale à existência da linguagem no plano individual. Daí a afirmação de Coseriu de que a linguagem é uma atividade universal que se realiza individualmente, segundo uma forma sócio-histórica de falar, isto é, segundo uma técnica verbal de uma comunidade historicamente constituída.

No seu modo real de existência, a língua (idioma) não é apenas um sistema de aspectos comuns que se manifestam e se observam na prática verbal dos indivíduos; é também, e essencialmente, um sistema dotado de uma dimensão histórica. Defini-la, pois, como entidade interindividual é procedimento necessário, mas não suficiente. Isto é que de certo modo viu Saussure,¹¹ ao afirmar que a *langue*, enquanto entidade social fora do tempo, é somente *viable*, mas não *vivante*. Para ser e permanecer *vivante*, é indispensável que a língua seja falada e transmitida, que seja em parte refeita e em parte modificada ao longo da linha temporal; é necessário, em suma, que tenha historicidade. Afinal, um objeto histórico é algo que igualmente implica o fazer e o refazer, a transformação e a permanência. Como bem assinalado por Coseriu,¹² onde só há imobilidade e onde se dá exclusivamente a sucessão, não pode haver história.

Por razões de ordem teórica e metodológica, é preciso reconhecer e nitidamente diferenciar as formas real e ideal de existência da língua. Como objeto real, a língua é uma modalidade histórica e interindividual de falar imanente à atividade verbal concreta. Como objeto ideal, a língua corresponde à abstração da referida modalidade e à sua conseqüente projeção num quadro descritivo. Obviamente, o que sempre muda no decorrer do tempo é a língua em sua forma real de existência. A língua abstraída do falar concreto e apresentada num compêndio gramatical é um sistema que se imobiliza, que se transforma em corpo estático.

A historicidade das línguas tem dois pressupostos: a criatividade e a tradição. A tradição, por sua vez, pressupõe a alteridade. Pela criatividade, o sujeito falante a todo momento modifica e refaz as línguas; pela tradição, a língua é transferida de um sujeito a outro. É justamente a criatividade que faz com que de uma língua surjam, com o passar do tempo e volvidas algumas gerações, novas línguas, novos sistemas idiomáticos. Neste ponto, portanto, a historicidade que dimana do poder de criar é apenas a expressão humana da maldição bíblica da torre de Babel. Com efeito, antes da temerária aventura babélica, a linguagem de todos os homens, reduzida à monofonia e à imutabilidade de um código, ocorria no tempo, mas não escorria como história.

Ligado pela raiz ao verbo latino *tradere*, o termo “tradição” fundamentalmente significa o ato de entrega de uma pessoa a outra de bens culturais. Por tradição, os bens culturais passam de pais a filhos, de ascendentes a descendentes. Apreendida, pois, em sua dinamicidade, a tradição corresponde a um

¹¹ Cf. F. de Saussure. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1972, p.112.

¹² Cf. Coseriu (1973: 283).

processo comunicativo na linha seqüencial do tempo. Tal processo, como todo ato de comunicação, não só exige o concurso de dois sujeitos (um que transfere e outro que recebe determinada coisa), mas também implica dois momentos cruciais e complementares: o da transmissão ou entrega e o da aceitação do bem cultural. A rigor, a tradição lingüística desencadeia um duplo processo, pois é simultaneamente uma interação pela linguagem e um interagir que torna comum a própria linguagem. Sem tradição, a língua perde a sua condição primária de sobrevivência e deixa de ser falada. Sem criatividade, a língua se petrifica e morre, porque deixa de atender a novas ou a renovadas necessidades de significação e comunicação.

Já se tornou corriqueira a afirmação de que uma língua, mesmo vista em determinado ponto do seu decurso, jamais corresponde a um modo de falar uniforme, homogêneo ou invariável. Por força da historicidade, as línguas se modificam na sucessão temporal e se diversificam a cada instante, o que dá origem às variações diacrônicas e às variedades sincrônicas, estas últimas comumente desdobradas em diatópicas (dialetos), diastráticas (níveis de língua, socioletos) e diafásicas (estilos de língua, registros). Observada, pois, no plano das simultaneidades, a realidade idiomática se apresenta como uma rede complexa de sistemas, como uma trama de modalidades verbais precipuamente condicionadas por três fatores: a região onde a língua é falada, a condição sócio-cultural dos falantes e a situação típica de fala.

As dimensões em que se comprova a variação sincrônica de todo idioma naturalmente se entrecortam, de tal modo que existe mútua implicação entre dialeto, nível e estilo de língua. Do ponto de vista teórico, um idioma pode diversificar-se em dada dimensão sem variar nas demais. Pode, por exemplo, apresentar divergências regionais e não ter diferenças de níveis ou de estilos, e vice-versa. No plano da realidade empírica, todavia, a completa invariância ou a total homogeneidade da língua sincrônica em qualquer das dimensões acima mencionadas provavelmente nunca venha a ser constatada. Labov¹³ chega mesmo a dizer que a heterogeneidade, particularmente a variação social e estilística, constitui pressuposto do funcionamento normal de um idioma em qualquer comunidade.

Do que foi acima exposto, é possível tirar certas premissas para o estudo e o ensino das línguas:

1. Como lingüistas, temos que considerar o idioma na plenitude de sua variação, pois o compromisso do saber científico é com a verdade, o que implica

¹³ Cf. W. Labov, *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972, p. 203.

uma visão imparcial da realidade lingüística. Como disse Coseriu,¹⁴ citando Platão, a verdade, que toda ciência deve perseguir, consiste pura e simplesmente em “dizer as coisas tais como elas são”.

2. Ainda como lingüistas, não podemos esquecer que toda variedade presuppõe a unidade, pois, como já dizia Aristóteles, a variedade significa “mais de um”, o que traz implícita a noção de unidade: para haver mais de um, tem antes que existir, logicamente, a idéia de um. A unidade que podemos depreender na variação sincrônica da língua histórica corresponde ao que Coseriu¹⁵ denomina *língua funcional*. A rigor, uma língua histórica (idioma) pode ser vista como um feixe de línguas funcionais.

3. Enquanto professores de português, cabe-nos levar o aluno ao domínio de diferentes línguas funcionais, para que ele possa melhor interagir na sociedade e ter acesso a um universo mais amplo de bens culturais.

4. Como lingüistas ou professores, cabe-nos participar da discussão e formulação de uma política do idioma, para melhor lidar em sala de aula com a idéia de língua padrão, espécie de língua funcional considerada língua de prestígio, comum ou supra-regional, e ainda lidar com a idéia de língua exemplar, espécie de língua padrão ou padronizada, que representa, em determinado momento histórico, o ideal da perfeição idiomática.

Da tradição e da criatividade dimanam, a rigor, duas modalidades históricas de linguagem: a primeira é o que já chamamos de *língua* ou *idioma* e que também se pode chamar *língua histórico-funcional*; a segunda pode ser denominada *língua histórico-cultural*. Tal distinção é frequentemente mal compreendida ou ignorada, o que acarreta confusões de toda ordem. É necessário, portanto, bem diferenciar uma coisa da outra, pois, como já disse Coseriu, reiterando F. Bacon, *citius emergit veritas ex errore quam ex confusione*.

O conceito de língua histórico-funcional se funda no conhecimento que tem o lingüista de que, subjacente a diversos modos de falar observáveis no mesmo plano temporal e em planos temporais diferentes, existe uma mesma organização tipológica fundamental, ou melhor, uma mesma estruturação funcional básica. Tal estruturação, representada por uma rede de valores opositivos, constitui a forma peculiar e imanente de cada idioma, aquilo que lhe confere individualidade. É, pois, esta forma “interna” que permite ao lingüista identificar certos modos particulares de fala, cronologicamente simultâneos ou sucessivos, como realizações distintas de uma mesma unidade idiomática.

¹⁴ Cf. Kabatek / Murguía (1997: 171). Coseriu se refere à seguinte passagem que se encontra no *Sofista*: τα ὄντα ὡς ἔστιν λεγεῖν.

¹⁵ Cf. Coseriu (1980: 101-17).

O conceito de língua histórico-cultural se apóia no sentimento ou na convicção que têm os indivíduos de que os seus modos de falar, ainda que possam ser profundamente divergentes, são partes de um só *thesaurus* verbal, herança de toda a comunidade. Trata-se, portanto, de uma língua que se considera uma ou individuada com base em juízo consubstanciado na história e na cultura comuns: os membros do grupo julgam que continuam a falar formas da “mesma língua” usada por seus antepassados.

Na determinação da língua histórico-cultural não se levam em conta os problemas de mútua inteligibilidade ou de discrepância parcial ou total entre os idiomas. O delineamento da referida unidade lingüística é feito exclusivamente com base na consciência que os indivíduos têm de que estão ligados a um passado comum e de que são legatários de um mesmo patrimônio cultural. Na China, diferentes idiomas são considerados como modalidades de uma mesma língua: o que comumente se denomina “língua chinesa” na realidade representa, conforme declara Ruhlen,¹⁶ um grupo de idiomas aparentados (mandarim, cantonês, hakka, hsiang, etc.). Ao testemunho de Ruhlen pode-se acrescentar a afirmação de Halliday¹⁷ de que os próprios chineses se consideram “as speaking ‘Chinese’, and not Pekinese, Cantonese and so on”.

De regra, uma língua histórico-cultural corresponde a um conjunto de idiomas que os membros de um agrupamento humano reconhecem como manifestações diversas de uma entidade única, amparada por uma tradição comum. Em certos casos, porém, variedades de um mesmo idioma são tratadas como diferentes línguas histórico-culturais. Assim, o hindi, falado na Índia e o urdu, falado no Paquistão, são vistos pelos seus respectivos usuários como duas línguas diversas. Todavia, ambos os modos de falar, apesar de terem nomes diferentes e de utilizarem sistemas gráficos distintos, são simples formas divergentes de uma mesma língua histórico-funcional.

No estudo da linguagem, os critérios histórico-funcional e histórico-cultural devem ser conjugados de modo claro e coerente, estabelecendo-se entre ambos uma relação de precedência e dominância. Isto significa que as fronteiras lingüísticas precisam ser fixadas com base nos mesmos princípios de divisão e que, no caso de conflito de critérios, há sempre de prevalecer o princípio da funcionalidade.

Como expressão de cultura e sistema funcional, a língua não é apenas um objeto histórico; é também uma atividade que tem por agente um sujeito histó-

¹⁶ Cf. M. Ruhlen, *A guide to the languages of the world*. Stanford University, 1975, p. 1.

¹⁷ Cf. M.A.K. Halliday *et alii*, *The linguistic sciences and language teaching*. London, Longmans, 1964, p. 76-7.

rico. Na sua condição de ser social, o falante/ouvinte é também um ser impregnado de historicidade. Quem nasce, diz Pagliaro,¹⁸ fica atrelado à história: “não nasce apenas homem, mas homem romano, russo, americano, australiano ou hotentote”. Quem vem ao mundo é de imediato envolvido por um manto de historicidade feito de usos e costumes, que se desfiam em ritos e mitos, em crenças e credences, em lendas e tabus, em leis e convenções, em conceitos, preceitos e preconceitos. Somos sujeitos da história e estamos sujeitos à História. Tecemos a rede interminável da História e nela nos enredamos.

A historicidade do *homo socialis* se traduz por excelência nas realizações culturais perpetuadas pela tradição. Em qualquer agregado humano, a cultura está indissolivelmente ligada à língua. Como diz Porzig,¹⁹ onde quer que haja elaboração e transmissão cultural, encontraremos como sua condição prévia uma comunidade de falantes. Com efeito, a língua é parte da cultura, mas ao mesmo tempo é modo de representar e meio de projetar no espaço e no tempo todas as demais produções culturais de uma comunidade. É a língua que abre as portas para a passagem das ciências, das técnicas, da filosofia e da poesia.

Enquanto integra e ampara a tradição cultural, a língua segue uma trajetória no tempo, passando, conforme já foi dito, de uma geração a outra. Daí resulta que a atividade de falar forçosamente interliga indivíduos situados em diferentes planos temporais, determinando, assim, os contornos de uma comunidade histórica, a qual justamente se identifica e se reconhece como esta ou aquela comunidade idiomática.

O que acima se expôs permite o fechamento do círculo que procuramos paulatinamente traçar: não há comunidade histórica sem tradição cultural; não há cultura, em sentido pleno, sem tradição lingüística; não há língua (idioma) sem comunidade histórica. Arrastada pela correnteza da tradição (decorrência da sua própria finalidade comunicativa), a língua não apenas se manifesta como objeto histórico, mas também manifesta – e alicerça – a própria historicidade, cultura e sociabilidade do homem. Por este motivo é que não se conhece agrupamento humano, por mais recuado no tempo, que não ostente uma forma de linguagem. E é mesmo duvidoso, conforme declara Sapir,²⁰ que outra qualquer aquisição cultural do homem, seja ela a arte de acender o fogo ou de lascar a pedra, exceda em antigüidade a arte de falar. Por conseguinte, não há exagero em dizer que o agir verbal, nas suas várias modalidades idiomáticas, constitui o testemunho primário e universal de humanidade.

¹⁸ Cf. A. Pagliaro (1967: 119-20).

¹⁹ Cf. W. Porzig, *El mundo maravilloso del lenguaje*. Madrid, Gredos, 1964, p. 218.

²⁰ Cf. E. Sapir, *A linguagem. Introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro, INL, 1954, p. 34.

A dimensão histórica dos sujeitos falantes faz com que a liberdade lingüística de criar não se confunda com puro arbítrio, nem se reduza à mera anarquia. Os interlocutores devem observar certos procedimentos, devem obedecer a certos princípios e parâmetros para que a linguagem cumpra satisfatoriamente a sua finalidade comunicativa. Por isso mesmo, a linguagem não é apenas um ser; é também um dever ser. Não tem apenas um aspecto ôntico; tem também um aspecto deôntico ou normativo. Ao aspecto deôntico da linguagem se ligam todas as formas de correção textual, que conhecemos especificamente pelos nomes de congruência, adequação, gramaticalidade ou correção idiomática. A rigor, todo ser já traz em si um dever ser, como bem assinalou Hegel. Isto quer justamente dizer que a linguagem para **ser** linguagem, e não se transformar em outra coisa, **deve ser** sempre, conforme de início se pôs, uma atividade criativa, semântica, intersubjetiva, material e histórica.

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Art of rhetoric*. Cambridge, Mass. / London: Harvard University Press, 1975.

——— *Metaphysics, books I – IX*. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 1968.

CARVALHO, J.G. Herculano de. *Teoria da linguagem: natureza do fenómeno lingüístico e análise das línguas*. Coimbra: Atlântida, t. I, 1967.

COSERIU, E. *Sincronía, diacronía e historia. El problema del cambio lingüístico*. Madrid: Gredos, 1973.

——— *El hombre y su lenguaje. Estudios de teoría y metodología lingüística*. Madrid: Gredos, 1977a.

——— *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos, 1977b.

——— *Gramática, semántica, universales. Estudios de lingüística funcional*. Madrid: Gredos, 1978.

——— *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

——— *Competencia lingüística. Elementos de la teoría del hablar*. Madrid: Gredos, 1992.

KABATEK, J. e MURGUÍA, A. «Die Sachen sagen, wie sie sind...»: *Eugenio Coseriu im Gespräch*. Tübingen: Narr, 1997.

PAGLIARO A. *A vida do sinal. Ensaio sobre a língua e outros símbolos*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1967.